

Jornalismo Ambiental: um aporte teórico e outro prático

MOURÃO, Helder Ronan de Souza¹
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Esse breve artigo busca iniciar uma discussão acerca das necessidades de um jornalismo ambiental que tenha como foco o conhecimento e a transformação da sociedade. A partir de um conceitual marxista e materialista da ecologia, buscamos focar na crítica do maior conceito da atualidade no que concerne ao meio ambiente: o desenvolvimento sustentável. Contraditoriamente, indicamos nesse texto, que ele é também o maior limitador do avanço das políticas ambientais em um sentido concreto e efetivo. Buscamos, também, situar o jornalismo como forma e prática de conhecimento fundamental para a efetivação da crítica ambiental e ecológica, tendo como foco a práxis. Por fim, nossa discussão indicará um aporte teórico e outro prático para essa importante forma de jornalismo especializado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Jornalismo; Forma Social de Conhecimento; Ecologia Marxista.

Abstract

This brief article seeks to initiate a discussion about the needs of an environmental journalism that focuses on the knowledge and transformation of society. From a conceptual Marxist and materialist of ecology, we seek to focus on the critique of today's greatest concept regarding the environment: sustainable development. Contradictingly, we indicate in this text that it is also the major limiting factor in the advance of environmental policies in a concrete and effective sense. We also seek to situate journalism as a form and practice of fundamental knowledge for the realization of environmental and ecological criticism, focusing on praxis. Finally, our discussion will indicate a theoretical and practical contribution to this important form of specialized journalism.

Keywords: Sustainable Development; Journalism; Social Form of Knowledge; Marxist Ecology.

Introdução

O jornalismo é o principal veículo que nos empresta os conhecimentos cotidianos e de certa forma nos dita a forma que precisamos entender tais conhecimentos. Com base nessa afirmação esse artigo busca problematizar a necessidade teórica e prática do jornalismo ambiental, dando-o dois subsídios: um teórico e outro prático.

No contexto onde as questões ambientais são arduamente discutidas e pensadas, o desenvolvimento sustentável aparece para alguns como a menina dos olhos do mundo. Para outros, mais uma mísera ideologia conservadora que não contribui substantivamente para a realidade em que vivemos.

O reconhecimento material da influencia que o capitalismo tem sobre a sociedade

¹Jornalista. Mestre em Ciências da Comunicação e professor da Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins.

precisa ser reconhecido e expandido. O jornalismo é então, uma modalidade de conhecimento histórica preparada para discutir e levar ao público as percepções críticas e necessárias para o entendimento da realidade atual.

Existe uma incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e capitalismo, e somente a discussão e o entendimento do sistema de reprodução sociometabólica pode aferir isso de forma clara.

No entanto, apenas uma forma social de conhecimento reconhecida como indústria da consciência tem o poder de alcançar corações e mentes para que haja o entendimento dos verdadeiros responsáveis sobre o problema ambiental.

Jornalismo e Crítica Ambiental

Onde entra, então, jornalismo na discussão que envolve o desenvolvimento sustentável? Longe de explicar conceitos e fazer discussões densas acerca de temas como este, o jornalismo é uma forma social de conhecimento que busca levar ao consumidor informações sobre a qual ele deve pensar e discutir.

Essa forma de conhecimento é trabalhada não apenas para fazer com que o indivíduo discuta sobre esses fatos, mas existem técnicas e meios para que este apreenda tal informação da forma como ela é repassada. Com tanto potencial, não é atoa que a imprensa é cada vez mais tema do debate acerca da democracia e seus limites. Dessa forma, segundo Genro Filho (1987), o jornalismo está envolvido pela luta de classes.

A questão não é simplesmente informar de forma objetiva e neutra, trata-se de noticiar de acordo com as necessidades ideológicas que perpassam a empresa responsável pela notícia, bem como as da reprodução do sistema capitalista.

Nesse sentido, existe um papel, de trazer conhecimento, do jornalismo para com a sociedade, que não é o mesmo da ciência², mas que complementa, também, onde esta não pode chegar. Baseado nas categorias de Lukács, Genro Filho (1987) explica o fenômeno do jornalismo comparando-o com a ciência e a arte.

Ele reconhece que a característica dessa forma de conhecimento é a captação de um momento único, singular, da realidade sob a ótica dos pressupostos ontológicos e ideológicos dos que participam desse processo. Genro Filho (1987) diz então que:

É verdade, como diz Nilson Lage, que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo do mundo, exterior ao emissor, ao

²Genro (1987) discorre sobre o papel da ciência, da arte e do jornalismo através de conceitos de Lukács.

receptor e ao processo de comunicação em si. *'Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa'*. Mas, resta saber por que motivo a comunicação jornalística é 'referencial'. Talvez essa indagação possa ser respondida se lembrarmos que o jornalismo é, por em certo sentido, uma espécie de 'simulação' da imediatividade, já que a realidade distante é reconstituída enquanto singularidade. (p.78) [grifos do autor]

Se a comunicação jornalística fala de algo do mundo exterior, a captação da singularidade precisa estar próxima desses contextos e reconhecer a materialidade dos fatos.

Se o desenvolvimento sustentável é impossível de se efetivar no sistema capitalista, é preciso que nesse mundo exterior, que fala Nilson Lage, os processos jornalísticos captem informações para levar ao público esse conhecimento, mesmo que saibamos que:

[...] no jornalismo moderno, em virtude da produção coletiva e industrial da informação, não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos. Em segundo lugar, à medida que o público vai compreendendo essas contradições e a lógica dos interesses, os veículos são progressivamente identificados em sua postura ideológica e política, especialmente de parte dos setores mais participantes e politizados. O sujeito é "desvendado" tal qual sua natureza social, ou seja, como sujeito que corresponde a classes sociais ou grupos econômicos e políticos. A personalização dos indivíduos que elaboram diretamente as informações é secundária, pois não corresponde na verdade aos sujeitos que concretamente estão se expressando pelos meios de comunicação. Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais. (GENRO FILHO, 1987, p.124-5)

Disso percebemos certa contradição nesse processo do fazer jornalístico, pois pouco se vê essa "identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais". Só um jornalismo feito como forma social de conhecimento pode trazer para sociedade um conhecimento de fato crítico que possa revelar o sujeito e identificar os interesses amplos, visto os problemas do capitalismo alcançam a maioria, e, da mesma forma, os cerne que envolvem o desenvolvimento sustentável jogam para a mesma maioria a causa dos problemas ambientais.

Sabendo que o jornalismo tem em suas características, a necessidade de informar de forma direta e sucinta, percebemos que se criou uma necessidade histórica de haver formas de jornalismo mais densas e específicas de acordo com públicos específicos, por isso segundo as necessidades do desenvolvimento do jornalismo, podemos notar dois fatores contextuais que culminaram nas características do que entendermos hoje como jornalismo especializado. O

primeiro fator se deu pela forma demasiada seca em que era feito jornalismo, que não dava espaço para uma contextualização e uma explicação mais detalhada sobre os fatos. Tendo isso em vista, fez-se necessário um tipo específico de jornalismo que desse especial tratamento a especial aos fatos, ou seja, a cultura, a economia, a ciência e etc.

Aliado a isso, o segundo fator foi o surgimento de um consumidor de notícias especializadas, um tipo específico de leitor que detinha mais tempo e vontade de ler textos mais densos e de temas específicos, um novo consumidor, logo um novo mercado.

O novo consumidor, o consumidor especializado, tem em suas demandas a necessidade de obter dessa notícia informações que lhe sirvam especificamente, comumente não busca se informar como os demais leitores, este busca informações específicas e descarta as demais.

Na realidade atual, o jornalismo ambiental é praticamente uma modalidade que todos buscam. A agenda ambiental foi assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU), por nações, empresas, ONGs, coletivos e os mais diversos tipos de organizações, as quais compreendem a centralidade das questões ambientais para a plenitude da vida.

Eventos como a Eco-92, a Rio + 20 e esforços como a Agenda 21 se tornaram protagonistas da empreitada rumo a mundo melhor nas questões ambientais e focados no Desenvolvimento Sustentável.

Por isso, a questão central da problemática do Desenvolvimento Sustentável precisa ser dissecada, inclusive pelo interesse atual do leitor. É nesse sentido que há a necessidade de um jornalismo que mostre como os problemas ambientais são antes consequências do capitalismo e bem menos da sociedade isolada desse sistema.

A mídia na formação de sujeitos

Afinal, diante do crescimento dessa falácia que é o Desenvolvimento Sustentável e das dificuldades que se tem atualmente de um jornalismo como forma social de conhecimento, como fica a formação dos sujeitos e a crítica ambiental?

É de suma importância perceber o que Wolf (1995) diz sobre o papel da mídia, pois segundo este autor ela nos empresta os conhecimentos que acha serem os mais importantes para discutirmos e falarmos. De outra forma, o autor reconhece também que os assuntos mais proeminentes na agenda do público são pautados pela mídia, mesmo que em menor grau.

Rothberg (2010) fala sobre o enquadramento, que é a forma como a mídia quer que pensemos sobre tal tema, ou seja, é a forma que ela trata os conteúdos para recebermos. São

as estratégias de seleção, exclusão ou ênfase em informações.

A escolha de quais notícias serão publicadas e como elas serão apresentadas, estão intimamente ligadas à forma como vemos o mundo, pois a mídia e principalmente o jornalismo é a principal forma de sabermos sobre os fatos, com base nos filtros que temos, que nem sempre são o bastante para a apreensão de certos conhecimentos.

Enzensberger (2003), fala que os detentores dos conhecimentos precisam contribuir para a formação dos sujeitos. A estes detentores ele chama de especialistas, e destaca o jornalista, pois este trabalha com a indústria da consciência, pois se trata de um tipo de comunicação que atinge os corações e mentes da população e ainda por cima em larga escala. Se o comunicador pode alcançar um grande contingente de pessoas e torna-se agente das massas, a comunicação emancipa. Para ele a utilizada do especialista, e aqui destacamos o comunicador: [...] pode ser mais bem equacionada com base em sua capacidade de aproveitar os momentos de emancipação das mídias e amadurecê-los [...] trabalho do autor deve ser o de agente das massas (p.111-2).

Trazer conhecimentos à agenda do público e criar mecanismos de interpretação que sejam de fato de interesse público, fazendo do jornalismo uma forma social de conhecimento faz com o jornalista seja o agente das massas e tenha melhores condições de entender o próprio mundo em que vive. Assim, pode ter melhor ciência da questão ambiental e de seu papel na sociedade.

Sabendo que a grande mídia não tem seus jornalistas como agente das massas e que o jornalismo não é tratado como forma social de conhecimento, onde a informação é reificada e fetichizada, temos na agenda mundial o contraditório termo do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável: duas palavras de ordens diferentes no sistema capitalista

O termo Desenvolvimento Sustentável surgiu em meados de 83 na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU. Os debates da comissão se direcionaram em pensar estratégias que percebessem as relações entre a produção econômica e a questão ambiental, propondo alternativas de pensar o presente sem colocar em risco a capacidade das futuras gerações.

Com tais discussões em voga, foram criados muitos outros encontros, debates e movimentos sociais. O debate sobre o desenvolvimento sustentável, vem até hoje discutir reformas no modelo político e econômico que otimizem a produção de riqueza levando em conta os problemas ambientais causados por esse sistema.

O que não é entendido em tais discussões é que:

O modo de produção e consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado sobre uma lógica de acumulação *ilimitada* [...] desperdícios de *recursos*, consumo ostentatório e *destruição acelerada do meio ambiente*, não pode de forma alguma ser estendido para o conjunto do planeta, sob pena de uma crise ecológica maior... (LÖWY, M, 2010, p.37) [grifo nosso].

Desse modo não existe desenvolvimento sustentável em um sistema que tem em sua estrutura o desperdício de recursos, produção excedente e a colonização do imaginário para um consumo desmedido. Mais ainda, não existe sustentabilidade em um sistema que tem a natureza enquanto recurso, como acima grifado, pois esse tratamento dá a ela o patamar de algo para ser utilizado, descartando a preservação desta e em certo sentido mesmo a conservação.

Assim, a natureza é matéria prima da mercadoria e esquecemo-nos de qualquer papel, de fato, natural dela e de contribuição para o mundo (clima, elementos geográficos). Descarta-se totalmente o entendimento sociometabólico inerente à práxis.

Outra grande característica da falácia que é que a política do desenvolvimento sustentável está alicerçada na ideia de que precisamos mudar a forma de pensar o nosso consumo diário, o bom-e-velho cada-um-faz-a-sua-parte, isentando-nos da real necessidade de conhecer a estrutura fetichizadora e reificadora do capitalismo. Isso não resolve a ponta do problema, pois além de sabermos que o problema é o sistema, cria-se a ideia de nosso mero consumo doméstico aproxima-se do consumo industrial que se dá pela forma de produção excedente. Se essa “consciência verde” fosse pra frente, seríamos cerca de 88% da população mundial em uma batalha para diminuir o equivalente a 8% de tudo que é consumido, ou seja, não faz nenhum sentido conscientizar esses 88% da população dessa forma, pois nosso consumo é risório, perto dos cerca de 92% que apenas 12% da população consome. Onde está tal porcentagem? Ora, a desigualdade é algo frenético e notório em nosso sistema. Indústrias, o agronegócio e outros são detentores de tudo isso. Tais detentores são os mesmos que precisam e querem que o sistema mantenha essa ordem desmedida.

É muito fácil generalizar as causas, porque assim elas permanecem escondidas. Quando se fala que “as populações” ou os “países” são responsáveis, esquece-se de dizer (propositadamente?) que os pobres do mundo não têm culpa de respirar num ar cada vez mais carregado no meio urbano. Que os responsáveis são os ‘senhores das grandes decisões econômicas’ (...), que estão preocupados, logicamente, com seus rendimentos. (OURIQUES, 2004, p.34).

A exploração dos recursos está longe de ser um problema de falta de consciência ecológica ou de exageros e de caprichos da população mundial de cerca de 7 bilhões e habitantes. Trata-se de um problema inerente ao sistema capitalista, regido e mantido por muito poucos. Löwy (2010) afirma:

Não se trata de opor os “maus” capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é próprio sistema, fundado na competição impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida pelo lucro rápido, que é o destruidor dos equilíbrios naturais. O pretendo capitalismo verde [ou mesmo desenvolvimento sustentável] não passa de uma manobra publicitária, uma etiqueta buscando vender uma mercadoria, ou, no melhor dos casos, uma iniciativa local equivalente a uma gota d’água sobre o solo árido do deserto capitalista (p.38).

Portanto o desenvolvimento que o capitalismo propõe se baseia na produção de excedente, através da exploração rígida e desmedida da natureza mediada pela exploração do trabalho humano. A isso, somam-se todas as formas de repressão e ideologização através da cultura que nós mantemos acreditando que o desenvolvimento capitalista pode ser sustentável. Assim, o termo sustentável é de outra ordem, uma ordem onde haja uma forma de produção mais racional.

Essa forma de produção mais racional (trazendo questões ambientais), já fora citada por Marx e explorada melhor por Mészáros através da crítica do sistema de reprodução sociometabólica.

Para Marx existe uma interação metabólica entre os humanos e a terra, já que a vida do ser humano é sustentada pela natureza. Por conseguinte, o trabalho é um processo entre esses dois (homem e natureza), onde este primeiro “por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2001).

O autor reconheceu a dinâmica entre natureza e sociedade dada a partir da maneira com que os seres humanos, através de seu potencial e habilidades, alteram “as condições naturalmente postas”. Por esse entendimento é passível de perceber como ocorrem as interações metabólicas entre sociedade e natureza, inerentes a práxis humana. Essa percepção sociometabólica nos mostra que a natureza aparece como suprimento das necessidades humanas, sendo o homem o único sujeito dotado de práxis e capaz de realizar o trabalho que possa mediar essa relação.

No capitalismo, recortamos a palavra necessidade desse vocabulário, pois a relação sociometabólica serve-se para uma produção excedente e despreocupada com a pura

necessidade e preocupada com o lucro desmedido. Assim, Marx (2001) diz que ocorre uma alienação do processo metabólico e a própria regulação da natureza não da conta da exploração causada em função dessa nova dinâmica trazida pelo capitalismo.

Segundo Foster (2010) Marx afirmou que a sociedade burguesa trouxe duas falhas metabólicas insustentáveis: a predominância da cidade (consumidora) em detrimento do campo (produtor); e o desequilíbrio entre os seres humanos e a terra.

Em tempos mais recentes, Odum (1985,1993) reconheceu que,

[...] a cidade moderna é um parasita do ambiente rural, porquanto produz pouco ou nenhum alimento, polui o ar e recicla pouco ou nenhuma água e materiais inorgânicos. Funciona simbioticamente quando produz e exporta mercadorias, serviços, dinheiro e cultura para o ambiente rural, em troca do que recebe. (ODUM apud DIAS, 2002).

O mesmo autor ainda nos mostra que um hectare de uma cidade metropolitana consome de cerca 10 a 1000 vezes mais energia de uma área semelhante em ambiente rural. Para piorar as coisas, em números, “as necessidade energéticas de uma cidade industrializada são da ordem de 3980 cal/m² por dia [...], enquanto num recife de coral, um dos ecossistemas naturais mais produtivos, é de 57 cal/m² por dia” (ODUM apud DIAS, 2002).

Valores esses que não podem ser simplesmente diminuídos ou conscientizados, pois as cidades modernas não são apenas cidades de nossa época, mas centros urbanos dotados das características do capitalismo, baseados na exploração da natureza e, por conseguinte, nessa alienação sociometabólica sociedade/natureza.

Dois Aportes: Considerações Finais

Embora de forma muito breve, a discussão iniciada nesse artigo tem como foco duas propostas para um jornalismo ambientalmente crítico, ambas com foco materialista, marxista e ontológico.

Do ponto de vista teórico, o jornalismo ambiental não pode mais reproduzir o Desenvolvimento Sustentável com política possível, pois seus limites estão no cerne ideológico e idealista da sustentabilidade dentro de um sistema que tem como foco a degradação do meio ambiente. É preciso, que os jornalistas ambientais, como jornalistas especializados, compreendam o sistema de reprodução sóciometabólica para que se efetive um jornalismo como forma de conhecimento.

Do ponto de vista prático, e o jornalismo é também uma prática de conhecimento, é

preciso que a compreensão acima citada seja efetivada. Se por um lado a limitação do Desenvolvimento Sustentável está em sua gênese, por outro, a superação real, concreta e efetiva dos problemas ambientais está vinculada ao fim do capitalismo. A orientação do jornalista ambiental não é apenas a de um transformador de corações e mentes (aporte teórico), mas também a de um militante transformador da realidade (aporte prático).

Para muitos autores o jornalismo é apenas importante. Mas para Genro Filho (1987), ele é necessário enquanto práxis efetivadora, teórica e prática. Mas, não age isolado, pois precisa estar ligado a transformação do mundo e do homem, junto às demais formas de conhecimento (como a arte e a ciência).

Por fim, é preciso entender que apenas um jornalismo comprometido e feito como forma social de conhecimento consegue de fato informar, para que o público possa ter a noção ampla da sociedade onde vive.

A indústria da consciência dita por Enzensberger precisa de muita lapidação para que haja uma manipulação interessada diretamente ao público e não às grandes empresas e ao próprio sistema.

O modelo de reprodução sociometabólica atual mostra de forma simples como os problemas ambientais são dados em função do sistema capitalista, que por essência produz excedente sem se preocupar com o meio natural. A exploração do trabalho humano é então a maior contradição e alienação do sistema metabólico atual, pois é este que transforma a natureza, e no capitalismo degrada a natureza em um nível em que esta não consiga se restaurar.

Urge um jornalismo ambientalmente crítico, que possa mostrar que o desenvolvimento sustentável é um segundo para a melhoria da sociedade, pois o primeiro e pré-requisito para este, é a mudança do sistema que não tem racionalidade com a natureza.

Referências

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Editora, 2003.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto alegre: Tchê, 1987.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo**: um ponto de vista ecossocialista. In: Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas n° 14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Manuscrtos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A questão ecológica no capitalismo**: uma crítica marxista. In: Revista Motrivivência, Ano XVI, N° 22, Santa Catarina. Jun./2004 p. 19-38.

ROTHBERG, Danilo. **O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia** in CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilha: LabCom Books, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Porto: Presença, 1995.